

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Salto Grande S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	19
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	20
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
7. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	21
8. IMOBILIZADO	22
9. INTANGÍVEL.....	23
10. ARRENDAMENTOS.....	25
11. PROVISÕES	28
12. ENCARGOS REGULATÓRIOS	28
13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS.....	28
14. TRIBUTOS	29
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
16. RECEITA	32
17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	33
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	34
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	34
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	35
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	36
22. EVENTOS SUBSEQUENTES	39
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	40
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Salto Grande S.A. (“Companhia” ou “Salto Grande”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A CEMIG GERAÇÃO SALTO GRANDE

A Cemig Geração Salto Grande S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram em 08 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$405.268 mil, dividido em 405.267.607 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$95.467 mil em 2022, em comparação ao resultado de R\$106.881 mil em 2021.

Receita

A Cemig Geração Salto Grande S.A. é concessionária de geração de energia elétrica na concessão da Usina Hidrelétrica Salto Grande, conforme o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº 9/2016 – ME – UHE Salto Grande, celebrado em 9 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de

potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, 70% da garantia física de energia é alocada no regime de cotas e 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

A Companhia tem duas receitas reconhecidas em suas demonstrações financeiras, conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita reconhecida no exercício de 2022 foi de R\$87.064 mil, em comparação a R\$85.419 mil em 2021.

A Companhia tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$79.920 mil em 2022 (R\$90.360 mil em 2021), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

A redução da atualização financeira se deve pela variação do IPCA. Terminamos 2021 com uma inflação (IPCA) acima de 10%. Entretanto, chegamos ao fim de 2022 com uma inflação acima de 5,79%.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$24.986 mil em 2022 (R\$36.869 mil em 2021). Essa variação deve-se, principalmente, a redução de volume dos custos com energia elétrica comprada para revenda e redução nos custos de serviços de terceiros.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$ 30.737 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 18% em relação ao resultado de R\$126.204 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2021, a Companhia apurou despesas no montante de R\$53.835 mil, representando 33,50% em relação ao lucro de R\$160.717 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi de R\$124.307 mil (R\$160.033 mil em 2021) e a margem do LAJIDA foi de 84,35% no mesmo período (102,64% em 2021), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var. %
Resultado líquido	95.467	106.881	10,68%
Despesa com IR e CS	30.737	53.836	42,91%
Depreciação e amortização	1.932	899	114,91%
Resultado financeiro	(3.828)	(1.583)	141,82%
LAJIDA	124.308	160.033	22,32%

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do grupo, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados. Continuamente ao ano de 2021, os trabalhos foram feitos com as COMPDECs-Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil e foram realizadas reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

Em 2022, a Cemig continuou trabalhando temas inseridos no tratamento da Lei nº 12.334/2010 (14.066/2020) e Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015, apresentando a estratégia de Alerta/Alarme e meios de comunicação em cenários de emergências em rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas.

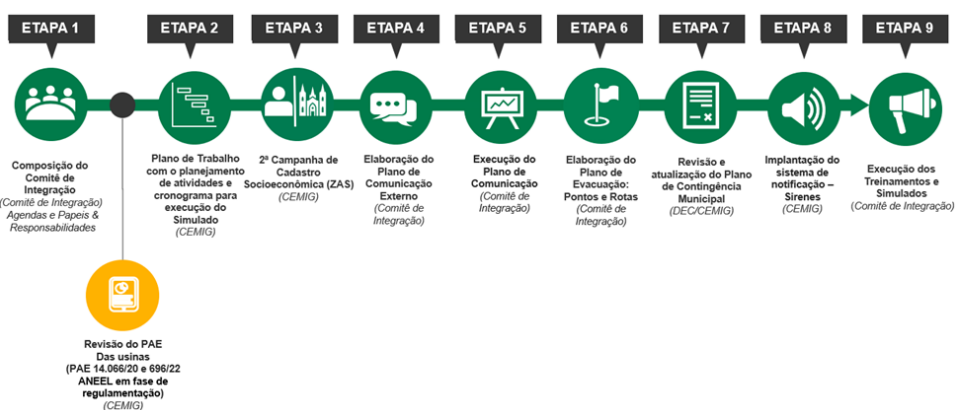
Os PAEs também focam na apresentação de riscos de inundação causados por cheias ordinárias, além dos possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Nos anos de 2020 e 2021, as tratativas dos PAEs das barragens da empresa, junto às Defesas Civas Municipais, foram feitas de “modo individual” e com pauta específica, e usado a bandeira do “Programa Proximidade”. A partir de julho de 2022, a Gerência de Planejamento Energético da CEMIG, como responsável pelo relacionamento com as Defesa Civas Municipais, criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia

dedicada para integração dos PAEs aos PLANCONs, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos CIs- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal. Participam, minimamente, as instituições de interesse direto para o tema, quais sejam, COMPDECs, Defesas Civas Municipais, REDECs (Regionais de Defesa Civil Estadual) e unidades dos CBMMG (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de MG), correlatos aos municípios mapeados.

No total foram constituídos 16 CIs que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2022:

1. Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
2. Debates com a comunidade para criação e melhorias do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e proximidade de rotas de fuga e pontos de encontro)
3. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS-Zona de Auto salvamento de 03 barragens (remanescentes do ano 2021)
4. Instalação de Sinalização de Alerta (placas Rotas de fuga e Pontos de Encontro) em 05 municípios.
5. Em continuidade das ações do P&D de desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, foram distribuídos, gratuitamente, cerca de 900 aparelhos para a população mapeada e cadastrada na ZAS das barragens das PCHs Cajuru e Piau, nos municípios de Divinópolis, Carmo do Cajuru e Piau. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Ainda no ano de 2022, após 03 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHes Queimado, Nova Ponte, Emborcação e Irapé). Estes eventos contaram com a participação de cerca de 140 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das

usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$ 95.467 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$4.773 para constituição de reserva legal;
- R\$8.320 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$48.439 para constituição de reserva especial; e
- R\$33.935 para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”).

Aprovação pagamento de dividendos 2021 - Reserva especial

Referente a Reserva especial constituída em 2021, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a aprovação do pagamento parcial de dividendos referentes a reserva especial constituída na AGO de 2022, no valor de R\$26.577 no ano de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Salto Grande é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

aBALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.395	1.413
Títulos e valores mobiliários	4	42.928	27.889
Consumidores e revendedores	5	12.165	10.198
Ativo financeiro da concessão	7	52.622	48.182
Outros ativos		595	25
TOTAL DO CIRCULANTE		115.705	87.707
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	162	5.736
Tributos compensáveis	6	2.878	2.642
Depósitos vinculados a litígios		63	48
Ativo financeiro da concessão	7	472.154	448.971
Imobilizado	8	15.702	17.264
Intangível	9	38.198	39.452
Direito de uso	10	92	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		529.249	514.192
ATIVO TOTAL		644.954	601.899

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	2.343	1.268
Encargos regulatórios	12	1.332	1.610
Impostos, taxas e contribuições	14	7.653	2.540
Imposto de renda e contribuição social	14	24.020	34.821
Dividendos	15	37.165	43.793
Convênio de Compartilhamento	20	1.592	948
Passivo de arrendamento	10	21	10
TOTAL DO CIRCULANTE		74.126	84.990
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	12	819	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	11.676	12.262
Passivo de arrendamento	10	79	73
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	13	4.266	3.798
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.840	16.133
TOTAL DO PASSIVO		90.966	101.123
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	15		
Capital social		405.268	405.268
Reservas de lucros		148.720	95.508
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		553.988	500.776
PASSIVO TOTAL		644.954	601.899

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	16	147.362	155.924
CUSTOS OPERACIONAIS	17		
Custos com energia elétrica		(8.630)	(18.841)
Custos de operação		(11.717)	(11.264)
		(20.347)	(30.105)
LUCRO BRUTO		127.015	125.819
DESPESA OPERACIONAL	17		
Despesas gerais e administrativas		(2.814)	(5.142)
Outras despesas operacionais		(1.826)	(1.622)
		(4.640)	(6.764)
Ganho com ressarcimento do GSF		-	40.079
Resultado operacional antes do resultado financeiro		122.376	159.134
Receitas financeiras	18	5.096	2.095
Despesas financeiras	18	(1.268)	(512)
		3.828	1.583
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		126.204	160.717
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(31.324)	(40.429)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	587	(13.407)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		95.467	106.881

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	95.467	106.881
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	95.467	106.881

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	405.268	14.627	27.792	-	447.687
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(27.792)	-	(27.792)
Resultado do exercício	-	-	-	106.881	106.881
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	5.344	-	(5.344)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(26.000)	(26.000)
Reserva especial	-	-	75.537	(75.537)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	405.268	19.971	75.537	-	500.776
Resultado do exercício				95.467	95.467
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal		4.773	-	(4.773)	
Juros sobre Capital Próprio				(33.935)	(33.935)
Dividendos obrigatórios				(8.320)	(8.320)
Reserva especial			48.439	(48.439)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	405.268	24.744	123.976	-	553.988

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	95.467	106.881
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.829	821
Amortização do direito de uso (Nota 10)	102	78
Impostos diferidos (Nota 20)	(587)	13.407
Juros passivo de arrendamento (Nota 18)	16	14
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	468	161
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 7)	(79.921)	(90.360)
Ganho com ressarcimento do GSF	-	(40.079)
	16.906	(9.077)
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	(1.967)	1.072
Tributos compensáveis (Nota 6)	(461)	(2.386)
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)	52.298	47.463
Depósitos vinculados a litígios	(15)	(48)
Outros créditos	(358)	132
	49.497	46.233
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 11)	(1.075)	(7.729)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 14)	5.113	1.596
Imposto de renda e contribuição social	31.324	40.387
Encargos regulatórios (Nota 12)	541	(642)
Convênio de compartilhamento (Nota 20)	644	(68)
Outras obrigações	(466)	1
	36.081	33.545
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	102.484	70.701
Imposto renda e contribuição social pagos	(42.125)	(31.604)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	60.359	39.097
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(9.465)	(8.796)
Aquisições no imobilizado	(987)	(12.628)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(10.452)	(21.424)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(43.793)	(17.793)
Arrendamentos pagos	(132)	(90)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(43.925)	(17.883)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.982)	(210)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.413	1.623
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	7.395	1.413
	(5.982)	(210)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Salto Grande S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A empresa é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.845/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Salto Grande da Cemig GT para a Cemig Geração Salto Grande S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 09/2016 – MME, ocorrida em 09 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Salto Grande possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de Garantia Física. Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Salto Grande, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.068, de 12/07/2022. Cerca de 30% da garantia física da empresa foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico.

Em 27 de julho de 2022, O Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM-MG emitiu o certificado 004/2022 referente a Licença de Operação em Caráter Corretivo, com validade da licença ambiental por 10 (dez) anos e vencimento em 27 de julho de 2032.

Em 30 de novembro de 2022, foi publicada a portaria Nº 709/GM/MME onde houve revisão extraordinária de garantia física, alterando de 75,0 MW médios para 73,8 MW médios.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de Abril de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a

estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (Contas a receber não faturado);
- Nota 7 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 10 – Arrendamentos;
- Nota 16 – Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023

ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas bancárias	55	89
Aplicações financeiras	-	-
Certificados de Depósitos bancários	105	-
Overnight	7.235	1.324
TOTAL	7.395	1.413

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa que varia entre 13,62% e 13,64% em 31 de dezembro de 2022 (entre 8,87% e 9,14% em 31 de dezembro de 2021).

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor,

mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	4.714	1.634
Letras Financeiras Bancos - LFs	28.073	23.032
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	9.895	2.899
Debêntures	246	324
	42.928	27.889
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	-	5.657
Debêntures	162	79
	162	5.736
Total	43.090	33.625

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre 105% e 130% em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 21 dessas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer		Saldos vencidos			Total	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	91 até 360 dias	Mais de 361 dias	2022	2021
Fornecimento industrial	-	3.666	-	-	-	3.666	3.481
Suprimento a outras concessionárias	-	8.498	-	-	-	8.498	6.687
CCEE	-	-	-	-	-	-	30
Total	-	12.164	-	-	-	12.164	10.198

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para créditos esperadas.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras.

Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2022	2021
Não circulante		
ICMS	224	-
PIS/Pasep (1)	514	471
Cofins (1)	2.365	2.171

- (1) Créditos oriundos, principalmente, da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos.

7. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Salto Grande, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Salto Grande para a Cemig Geração Salto Grande – S.A., Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelo prazo de 30 anos, até 01/2053. Em 2016 a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF” ou “regime de cotas”). Desde janeiro de 2017 a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre – (“ACL”).

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	497.153	454.256
Recebimentos	(52.298)	(47.463)
Atualização financeira da bonificação pela outorga	79.921	90.360
Saldo final	524.776	497.153
Circulante	52.622	48.182
Não circulante	472.154	448.971

Prática contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias de deprec. %	2022			2021		
		Valor bruto	Deprec. Acum.	Valor líquido	Valor bruto	Deprec. Acum.	Valor líquido
Em serviço		16.116	(1.020)	15.096	17.451	(445)	17.006
Custo Histórico	3,26	16.116	(1.020)	15.096	17.451	(445)	17.006
Em curso		606		606	258	-	258
Geração		606		606	258	-	258
TOTAL AIC + AIS		16.722	(1.020)	15.702	17.709	(445)	17.264

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Deprec. acum.	Valor Líquido em 31/12/2022
Em serviço	17.451		(1.668)	333	16.116	333	(1.020)	15.096
Edificações, obras civis e benfeitorias	175				175		(25)	150
Máquinas e equipamentos	17.276		(1.668)	333	15.941	333	(995)	14.946
Em curso	258	681		(333)	606	348		606
Total	17.709	681	(1.668)	-	16.722	681	(1.020)	15.702

	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Deprec. acum.	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço	4.774	-	-	12.677	17.451	12.677	(445)	17.006
Edificações, obras civis e benfeitorias	175	-	-	-	175	-	(19)	156
Máquinas e equipamentos	4.599	-	-	12.677	17.276	12.677	(426)	16.850
Em curso	307	12.628	-	(12.677)	258	(49)	-	258
Total	5.081	12.628	-	-	17.709	12.628	(445)	17.264

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término

da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2022, a taxa média de depreciação anual foi de 3,26% (3,28% em 2021).

Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

9. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento

da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração de sua controladora autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Companhia e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração de sua controladora da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$40.079, conforme tabela abaixo:

	Taxas anuais médias de amortização %	2022			2021		
		Valor bruto	Amort. Acum.	Valor líquido	Valor bruto	Amort. Acum.	Valor líquido
Em serviço		40.079	(1.881)	38.198	40.079	(627)	39.452
Ativos da concessão - GSF	3,13	40.079	(1.881)	38.198	40.079	(627)	39.452
Em curso					-	-	-
Total		40.079	(1.881)	38.198	40.079	(627)	39.452

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições	Valor Bruto em 31/12/2022	Amort. Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022
Em serviço	40.079	-	40.079	(1.881)	38.198
Ativos da concessão - GSF	40.079	-	40.079	(1.881)	38.198
Em curso	-	-	-	-	-
Total	40.079	-	40.079	(1.881)	38.198

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Salto Grande	40.079			
Cemig Geração Salto Grande	40.079	05/01/2046	7,0	03/01/2053

Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

10. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04

Contratos celebrados entre 2019 e 2022

Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	75	74	149
Remensuração	7	1	8
Amortização	(3)	(75)	(78)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	79	-	79
Remensuração	8	109	117
Amortização	(3)	(99)	(102)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	84	10	94

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	156
Juros incorridos	14
Arrendamentos pagos	(90)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Juros incorridos	33
Arrendamentos pagos	(116)
Juros sobre arrendamentos pagos	(16)
Remensuração	116
Saldo em 31 de dezembro de 2022	100
Passivo circulante	21
Passivo não circulante	79

Prática contábil

A Companhia e suas controladas avaliam, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como

resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

11. PROVISÕES

a) Fornecedores

	2022	2021
Suprimento e transporte de energia	963	66
Materiais e serviços	1.380	1.202
TOTAL	2.343	1.268

b) Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 há ações de natureza trabalhista no montante de R\$538 (R\$586 em 2021), cuja expectativa de perda é considerada possível. Adicionalmente, em 2022 e 2021 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

12. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2022	2021
Passivo		
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético	41	38
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	83	76
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	675	603
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.352	893
	2.151	1.610
Circulante	1.332	1.610
Não circulante	819	-

13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que em 2016 a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a devido 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior. A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R\$3.637 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida

atualização monetária. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$4.266. A Companhia aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução.

14. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições sociais

	2022	2021
Circulante		
ICMS	8	1
Cofins	1.656	1.705
PIS/Pasep	609	620
INSS	242	163
IRRF	5.090	
Outros	48	51
TOTAL	7.653	2.540

b) Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Circulante		
Imposto de renda	17.614	25.657
Contribuição social	6.406	9.164
	24.020	34.821
Não circulante		
Imposto de renda diferido	8.585	9.016
Contribuição social diferido	3.091	3.246
	11.676	12.262
TOTAL	35.696	47.083

Prática contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia era de R\$405.268, subscrito e integralizado, dividido em 405.267.607 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2022	2021
Reserva legal	24.744	19.971
Reserva especial (Dividendos não distribuídos)	123.976	75.537
	148.720	95.508

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$4.773 de reserva legal em 2022, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou em 2022, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$48.439, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias declaradas e pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	95.467	106.881
Reserva legal	(4.773)	(5.344)
	90.694	101.537
Dividendo mínimo obrigatório	45.347	50.769
Reserva especial	48.439	75.537
Dividendos obrigatórios	8.320	26.000
Juros sobre o Capital Próprio	33.935	-
Total dos dividendos	42.255	26.000

Destinação do resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$95.467 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$4.773 para constituição de reserva legal;
- R\$8.320 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$48.439 para constituição de reserva especial; e
- R\$33.935 para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”).

Aprovação pagamento de dividendos 2021 - Reserva especial

Referente a Reserva especial constituída em 2021, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a aprovação do pagamento parcial de dividendos referentes a reserva especial constituída na AGO de 2022, no valor de R\$26.577 no ano de 2023.

16. RECEITA

	2022	2021
Fornecimento industrial	40.884	37.548
Fornecimento não faturado - Industrial	3.666	3.481
Transações com energia na CCEE	1.035	5.244
Suprimento Cotas - Geração própria	95.417	85.997
Suprimento comercial - Geração própria	-	5.111
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria	1.839	636
Suprimento não faturado - Geração própria	(3.481)	(5.135)
Realização do ativo financeiro da bonificação pela outorga	(52.298)	(47.463)
Fornecimento bruto de energia elétrica	87.062	85.419
Receita de atualização da bonificação pela outorga (a)	79.920	90.360
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(19.622)	(19.855)
	147.362	155.924

(a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes, vide nota explicativa nº 6 destas Demonstrações Financeiras.

(b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2022	2021
Tributos sobre a receita		
ICMS	356	414
Cofins	12.664	12.698
PIS/Pasep	2.749	2.757
	15.769	15.869
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	335	444
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	479	444
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	239	222
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	776
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	2.656	2.100
CDE sobre P&D	144	-
	3.853	3.986
Total	19.622	19.855

Prática contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é

estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos com energia elétrica

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	4.583	15.804
Encargos de uso da rede básica de transmissão (a)	4.047	3.037
	8.630	18.841

Custos de operação

	2022	2021
Materiais	253	255
Serviços de terceiros	8.269	8.901
Depreciação	1.933	897
Doações e Subvenções	1.242	1.197
Outros custos operacionais	20	14
	11.717	11.264

Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	2.814	5.142
Outras despesas operacionais, líquidas	1.826	1.622
Outras despesas operacionais, outros	1.242	897
Outras despesas operacionais, materiais	31	22
Serviços de terceiros	553	703
	4.640	6.764

Custo total	20.347	30.135
Despesa operacional	4.640	6.764
TOTAL	24.987	36.899

a) Encargos de distribuição

Referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da ANEEL.

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	5.093	1.722
Acréscimos moratórios de contas de energia		-
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre receita financeira	(248)	(124)
Atualização crédito PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	236	312
Outras	15	185
	5.096	2.095
DESPESAS FINANCEIRAS		
Variações monetárias - Restituição a concessionárias	(468)	(161)
Outras variações monetárias	(124)	(47)
Juros passivo de arrendamento	(16)	(14)
Outras despesas financeiras	(660)	(290)
	(1.268)	(512)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	3.828	1.583

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	126.204	160.717
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal	42.885	54.620
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	33.935	-
Juros sobre Capital Próprio	(11.538)	-
Contribuições e doações indedutíveis	318	407
Incentivos fiscais	(936)	(1.197)
Gratificações administradores	8	6
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	30.738	53.836
Alíquota efetiva	24,07%	33,50%
Corrente	31.324	40.429
Diferido	(587)	13.407

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	531	948	-	-	2.904	(3.053)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	1.614	595	-	-	6.891	(6.323)
Prestação de serviços (3)	-	-		-	-	-	-	-
Dividendos	-	-		43.793	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio			28.841					
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	689	614	353	-	7.863	7.041	(4.492)	(3.412)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	7.235	1.324	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	42.928	27.889	-	-	1.123	420	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	162	5.736	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 2,38% em 31 de dezembro de 2022 (1,57% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	113	99
Participação nos resultados	30	18
Previdência privada	11	9
Planos de saúde e odontológico	1	1
Total (*)	155	127

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e revendedores		12.165	12.165	10.198	10.198
Títulos e valores mobiliários		5.920	5.920	17.647	17.647
Ativos financeiros da concessão		524.776	524.776	497.153	497.153
		542.861	542.861	524.998	524.998
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	7.395	7.395	1.324	1.324
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	4.714	4.714	1.634	1.634
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	22.315	22.315	11.445	11.445
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	9.895	9.895	2.899	2.899
Debêntures		246	246	-	-
		44.565	44.565	17.302	17.302
		587.426	587.426	542.300	542.300
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(2.343)	(2.343)	(1.268)	(1.268)
Arrendamentos		(100)	(100)	(83)	(83)
		(2.443)	(2.443)	(1.351)	(1.351)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.070	273	-	-	-	2.343
Passivo de arrendamentos	11	-	11	48	214	284
TOTAL	2.081	273	11	48	214	2.627

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Processo de Incorporação da Cemig Geração Salto Grande na Cemig GT

Em 24 de janeiro de 2023, a ANEEL deliberou pela aprovação da transferência das concessões da Usina Hidrelétrica Salto Grande para a Cemig Geração e Transmissão S.A., conforme Resoluções Autorizativas nº 13.455/2023 e nº 13.456/2023, processo este que em 10 de fevereiro de 2023 teve opinião favorável de voto pelo Conselho Fiscal da Cemig GT para incorporação.

O tema está para ser aprovado em Assembleia Geral da Cemig GT em maio de 2023, onde será celebrado protocolo de Incorporação e Justificação, visando à formalização da incorporação.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Cemig Geração Salto Grande S.A.

Belo Horizonte- MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Salto Grande S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Salto Grande S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas



conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de Abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Thiago Rodrigues de Oliveira'. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'T'.

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Salto Grande S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a proposta da Diretoria à Assembleia Geral Ordinária, no sentido de que o Lucro Líquido do exercício de 2022, no montante de R\$95.467 mil a ser distribuído da seguinte forma: R\$4.773 mil para constituição de reserva legal, conforme legislação vigente, R\$45.347mil como dividendos mínimos obrigatórios e R\$45.347 mil para constituição de reserva especial. Devido à indisponibilidade de caixa da Cemig Geração Salto Grande, os dividendos mínimos serão distribuídos da seguinte forma: R\$8.320 mil como dividendos obrigatórios, R\$33.935 mil, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”) e R\$3.092 mil constituídos como reserva especial, a serem pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31-12-2023, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinam favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2023.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft